



JUNHO  
VIANA DO CASTELO  
• 2017 •

## **Pela recompensa orçamental às Instituições de Ensino Superior que apostam em mecanismos próprios de apoio de emergência**

Ao longo dos últimos anos, a ação social tem sido um dos temas mais pronunciados pelos dirigentes associativos. Estes têm apresentado diversas propostas que pretendem, na ação social direta, tornar elegíveis mais estudantes que passam dificuldades e necessitam de uma bolsa de estudos para conseguir assegurar o futuro dos seus estudos no ensino superior.

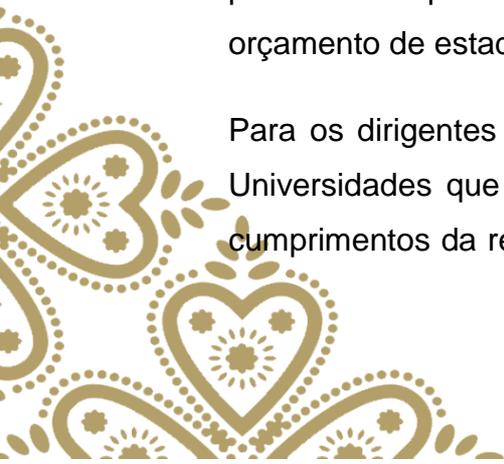
No que à ação social indireta diz respeito, foram igualmente tomadas posições no sentido de, mais recentemente, conseguir verificar a indexação dos preços de refeições sociais para estudantes ao Indexante de Apoios Sociais (IAS).

Contudo, todos os esforços feitos na discussão política, continuam a permitir que milhares de estudantes abandonem o ensino superior anualmente nos diversos graus académicos, impossibilitando a conclusão dos seus ciclos de estudos. Um dos motivos fulcrais para este fenómeno prende-se com a falta de apoios financeiros que os estudantes usufruem na frequência do ensino superior, fazendo-os colocar de lado os estudos.

As Instituições de Ensino Superior, ao notarem este paradigma, procuraram, ao longo dos anos, corrigir esta agrura, criando bolsas que alargavam a margem de elegibilidade dos estudantes em comparação com o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudos a Estudantes do Ensino Superior. Neste sentido surgiram programas de apoio que estão a permitir a centenas de estudantes continuar a estudar, corrigindo o aproveitamento do ano precedente.

Todavia, estes programas surgem com verbas de receitas próprias, sacrificando outras necessidades da instituição de ensino superior, num período em que o ensino superior tem sofrido diversos cortes ao nível do orçamento de estado.

Para os dirigentes estudantis importa parabenizar os Institutos Politécnicos e Universidades que procuram fazer este trabalho e relembrar da ausência de cumprimentos da resolução nº 60/2013 de 28 de março, em que a Assembleia



da República recomendava ao Governo a elaboração de um relatório anual sobre o abandono escolar no Ensino Superior, e que até ao presente ainda não foi concluído qualquer estudo.

Desta forma as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, presentes em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas a decorrer em Viana do Castelo, nos dias 10 e 11 de junho, solicitam ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a intervenção e o estudo aprofundado dos apoios de emergência criados pelas Instituições de Ensino Superior com base nas receitas próprias, no sentido de poder recompensar as ditas Instituições pelo mesmo trabalho em prol do combate ao abandono escolar e que estes mecanismos se possam alargar a todas aquelas que ainda não os criaram por escassez de recursos financeiros.

Viana do Castelo, 10 e 11 de junho de 2017

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Direção Geral do Ensino Superior e Grupos Parlamentares.

